

Heider: o protótipo das origens... do estudo da atribuição

LEONEL GARCIA-MARQUES *

INTRODUÇÃO

Este comentário tem como objectivo responder à pergunta: «Que actualidade pode possuir um artigo de 1944 do pioneiro Fritz Heider, sobre atribuição causal?». 99.9 % das reflexões sobre os trabalhos dos pioneiros na investigação dos vários ramos do saber psicológico chegam à conclusão que esses pioneiros continuam na vanguarda, e que os desenvolvimentos recentes da disciplina ignoram alguns, pelo menos, dos aspectos fulcrais dos fenómenos em causa — ao contrário do já realizado pelos ilustres fundadores. É costume terminar estas reflexões com um apelo a um retorno a Lewin, Freud, Piaget, Heider, Mead, ou a autores mais desconhecidos o que, de resto, se torna mais sofisticado. Posso acrescentar que dificilmente serei capaz de escapar a este padrão.

Para responder à pergunta que atrás enunciei limitar-me-ei a discutir dois aspectos que considero essenciais neste artigo de Heider: os critérios de selecção de causas e as relações entre a atribuição e os processos psicológicos básicos.

O CRITÉRIO DA SELECÇÃO DAS CAUSAS: SEMELHANÇA VERSUS COVARIACÃO

Qualquer reflexão que se debruce sobre o modo como o homem da rua atribui causas aos pequenos episódios quotidianos ou aos grandes acontecimen-

tos sociais, passa, inelutavelmente, por uma elucidação do critério de selecção causal. Quer dizer, por elucidação de como, de entre uma infinidade potencial de causas, o homem da rua eleva um conjunto reduzidíssimo de condições a esse estatuto.

Como gestaltista, Heider, neste artigo, salienta o critério «semelhança». Nas suas próprias palavras: «We know that similarity is a factor in figural unit formation. The same holds true for causal unit formation». (Heider, 1944, pp. 362). Por formação de unidades causais, quer Heider significar, integração entre causa e efeito. De facto, o autor cita Fauconnet, Zillig e Duncker em apoio da ideia de que uma condição adquire o estatuto de causa em virtude da sua semelhança (semântica, afectiva, histórica e física) com o acontecimento a explicar⁽¹⁾. Por exemplo, um acto desonesto é mais facilmente atribuído a uma pessoa considerada como desonesta (semelhança semântica), a uma pessoa que nos é desagradável (semelhança afectiva), a uma pessoa que praticou actos desonestos no passado (semelhança física). A semelhança parece assim ser, neste artigo, o critério

* Assistente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

1. De notar que Heider refere ainda outro critério de selecção causal; a proximidade entre causa potencial e efeito. No entanto, é evidente que este critério pode ser considerado como subcategoria do critério «semelhança» (semelhança de localização). Aliás, na filosofia renascentista, uma das principais categorias da semelhança era a «convenientia» — semelhança por proximidade (Foucault, 1966).

de selecção causal mais importante para uma psicologia do senso comum. Que uso fizeram os continuadores de Heider deste critério?

Bom, isso é um mistério! O próprio príncipe dos seus continuadores ignora-o completamente e nem sequer cita este artigo no texto que inaugura o seu modelo (Kelley, 1967). Qual é, então, o outro critério destacado pelos descendentes intelectuais de Heider?

O princípio da covariação! Quer dizer: um efeito será atribuído àquela condição que com ele covaria⁽²⁾. Por exemplo, se quase sempre que determinado empregado vem trabalhar, desaparece misteriosamente o papel higiénico da casa-de-banho de um estabelecimento, o gerente será levado a supor que o mistério terá que ver com um profundo sentido de economia doméstica desse empregado. Bom... e, de facto, existem centenas de investigações que demonstram que o «psicólogo amador» que o homem da rua é, consegue utilizar esse critério com elevada eficiência. De notar, porém, que a metodologia utilizada nestes estudos é, quase sempre, o questionário atribucional (McArthur, 1972). Este instrumento apresenta aos sujeitos uma súmula de várias covariações associadas a um acontecimento, e a tarefa experimental consiste em seleccionar uma explicação para esse acontecimento, utilizando alguma ou algumas dessas covariações (para uma descrição, ver Garcia-Marques, 1988).

E depois? Não terá sido um progresso, a substituição do critério «semelhança» pelo critério covariação? Nem por isso, e basicamente por duas razões: a) Como vimos, os questionários atribucionais dispensam os sujeitos de determinar qualquer covariação. Quando pelo contrário se requer aos sujeitos que o façam, os resultados indicam que a sua capacidade de detecção de covariações é, quase sempre muito reduzida (para revisões desta literatura ver Alloy & Tabachnik, 1984; Chapman & Chapman, 1982; Jennings, Amabile & Ross, 1982; Nisbett & Ross, 1980). b) A maior parte dos acontecimentos que suscitam actividade atribucional são acontecimentos inesperados, irregulares, únicos (Weiner, 1985) — daí que mesmo que os nossos «psicólogos amadores» fos-

sem capazes de computar covariações, isso não lhes serviria de muito para explicar os acontecimentos que habitualmente os intriga.

E a verdade é que existem autores recentes que recuperam a semelhança como critério de selecção causal. Os mais importantes são, sem dúvida, Amos Tversky e Daniel Kahneman que explicitamente propõem que o cálculo causal se faz à custa de procedimento inferencial muito simples (heurística) apelidado «representatividade», que não é mais do que o critério «semelhança» de Heider (ver Tversky & Kahneman, 1982; ver também Sherman & Corty, 1984 e Shweder, 1977)⁽³⁾. O curioso é que nenhum destes autores descende intelectualmente de Heider.

Infelizmente, também este critério contém insuficiências. A saber: O número de semelhanças ou diferenças que se podem encontrar entre qualquer potencial causa e qualquer efeito é virtualmente infinito (para uma discussão filosófica desta questão ver Goodman, 1972)... Despedimo-nos assim de um enigma apenas para nos sair outro na rifa! Senão vejamos: o nosso problema era «como é possível que o homem da rua reduza a um número manejável, uma infinidade de causas potenciais?» e a nossa resposta foi a de que se consideram apenas as causas potenciais semelhantes aos efeitos... mas, neste caso, o nosso problema passou a ser «como é possível que o homem da rua reduza a um número manejável, a infinidade de semelhanças e diferenças que existem entre qualquer causa e qualquer efeito?».

O que é irónico é que existem boas razões para acreditar que a solução para este problema aplica-se não só ao critério «semelhança» mas também ao critério «covariação».

De que necessitamos, então, para a resolução desta dificuldade? Necessitamos de pressupor que o nosso «psicólogo amador» dispõe de meios para restringir a consideração desmedida de todas as semelhanças e diferenças que possam existir entre efeito e cada uma das suas causas potenciais. E como conhecer esses meios?

Uma excelente possibilidade a levar em conta consiste no conceito de estruturas de conhecimentos. Este conceito surge da confluência de várias disciplinas (Psicologia Cognitiva, Inteligência Artificial e Cognição Social) e almeja a modelização dos pro-

2. Apesar de Kelley (1967) ignorar Heider (1944), não ignorou Heider (1958). E de facto, é fácil ver que Heider, nesse seu último trabalho, apresenta ideias posteriormente sintetizadas por Kelley no princípio da covariação [ver Kelley, 1973; para uma discussão de Heider (1958), ver Garcia-Marques, 1987].

3. É necessário referir que a heurística da representatividade tem outras funções para além da selecção causal (Tversky & Kahneman, 1982a).

cessos pelos quais um sistema cognitivo (humano ou não) se estrutura de modo a ser capaz de realizar um grande número de inferências, necessárias à sua interacção com o meio, veloz e economicamente (em termos de processamento de informação). Uma estrutura de conhecimentos é, nesta perspectiva, definida como um conjunto organizado de informações e de procedimentos que um sistema cognitivo dispõe acerca de um dado domínio de um determinado universo. No caso em apreço, o que nos interessa são as estruturas de conhecimentos que os «psicólogos amadores» possuem sobre as pessoas, os grupos e as situações sociais. Ora serão, provavelmente, estas estruturas — que funcionam, em certa medida, como «teorias sociais» — que fornecem os critérios para a distinção entre a informação relevante e irrelevante para os objectivos dos nossos «psicólogos amadores» (para revisões sobre as funções selectivas das estruturas de conhecimentos, ver Brewer & Nakamura, 1984; Murphy & Medin, 1985; Schank & Abelson, 1977; Taylor & Crocker, 1981; Wattenmaker, Nakamura & Medin, 1988). Portanto, os «psicólogos amadores» conseguem utilizar a semelhança como critério de selecção causal porque dispõem de critérios de selecção dos atributos a considerar na comparação entre efeito e causa potencial (para investigação relativa aos processos selectivos que subjazem à atribuição, consultar por exemplo: Carver & de la Garza, 1984; Kulik, 1983).

Curiosamente, outro tanto sucede quanto à determinação da covariação: uma covariação é tanto melhor estimada quanto mais de acordo estiver com as expectativas, estereótipos, atitudes e teorias dos sujeitos (Alloy & Tabachnik, 1984; Chapman & Chapman, 1967, 1969; Hamilton & Rose, 1980; Jennings, Amabile & Ross, 1982; Spears, Der Pligt & Eiser, 1985; Tversky & Kahneman, 1982b), 1982c)⁴.

Parece pois que os dois critérios que contrastámos são úteis, nos nossos dias, desde de que incertos num mais lato contexto teórico. E Heider? Heider talvez não esteja tão distante desta perspectiva como poderíamos pensar.

4. Evidentemente que esta reconceptualização do critério «covariação» só torna este critério viável para acontecimentos relativamente regulares e frequentes. Para acontecimentos únicos é preferível conceber o processo atribucional como recorrendo a «padrões explicativos» (ver Leddo & Abelson, 1986; Schank, 1986).

ATRIBUIÇÃO E PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS OU... COMO HEIDER NÃO TOMOU A ÁRVORE PELA FLORESTA

Outro aspecto que gostaria de destacar, a partir da minha leitura deste artigo, é a integração alcançada pelo autor entre processos atribucionais e estruturas cognitivas, emotivas e motivacionais. De facto, Heider pretende «... [to] discuss the role causal attribution plays in the cognitive structure of the environment. We have to consider the factors which affect attribution, and the influence which causal integration exerts on the appearance of the parts.» (Heider, 1944, pp. 362). É, aliás, particularmente evidente que Heider não acreditava que se pudessem estudar os processos atributivos isolando-os dos processos psicológicos básicos — daí que o autor discuta as influências recíprocas entre representação cognitiva do mundo e atribuição, e entre esta e estado motivo-emocional. E os seguidores de Heider? Os seguidores de Heider conceberam modelos dos processos atribucionais sem levarem em consideração as relações destes processos com as estruturas psicológicas básicas dos seres humanos (para uma discussão desta questão ver Garcia-Marques, 1988). E pior! Conceberam modelos que pressupõem estruturas funcionalmente inflexíveis, quer dizer, servindo para um único fim, concepção que quer do ponto de vista evolutivo, quer do ponto de vista cognitivo parece altamente implausível (ver Abelson & Black, 1986). Quanto a este aspecto, não posso deixar de considerar a actual insistência na modelização dos processos atribucionais a partir de estruturas de conhecimentos com grande flexibilidade funcional — os processos que permitem a compreensão e a memória episódica são os mesmos que originam as atribuições — como um «retorno» a Heider.

CONCLUSÃO

Creio que desta discussão se podem retirar algumas conclusões interessantes. A saber:

Os descendentes intelectuais de Heider, aqueles que explicitamente reivindicam essa paternidade, concebem a actividade atribucional como sendo

regida por processos quase estatísticos, racionais, morosos (princípio da covariação) e funcionalmente inflexíveis. Heider concebe essa mesma actividade como dependente de processos simples, quase perceptivos, interrelacionada com o conhecimento e as teorias sociais do homem da rua (Heider, 1958), e como uma instância de processos psicológicos básicos. A investigação que conserva estas características é realizada por autores (Abelson & Lalljee, 1988; Kahneman & Miller, 1986; Leddo & Abelson, 1986; Lalljee & Abelson, 1983) que ignoram o trabalho de Heider (para excepções ver Abraham, 1988; Burton, 1986). Não há dúvida: um pensamento faz-se direito por linhas tortas...

BIBLIOGRAFIA

- ABELSON, R. P. & BLACK, J. B. (1986) — Introduction. In J. A. Galambos, R. P. Abelson & J. B. Black (eds.), *Knowledge Structures*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- ABELSON, R. P. & LALLJEE, M. (1988) — Knowledge structures and Causal Explanation. In D. J. Hilton (ed.), *Contemporary Science and Natural Explanation*. Brighton, Sussex: Harvester Press.
- ABRAHAM, C. (1988) — Seeing the connections in Lay Causal Comprehension: A Return to Heider. In D. J. Hilton (ed.), *Contemporary Science and Natural Explanation*. Brighton, Sussex: Harvester Press.
- ALLOY, L. B. & TABACHNIK, N. (1984) — Assessment of Covariation by Humans and Animals: The Joint Influence of Prior Expectations and Current situational Information. *Psychological Review*, 91, 112-149.
- BREWER, W. F. & NAKAMURA, G. V. (1984) — The Nature and Function of Schemas. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (eds.), *Handbook of Social Cognition*, Vol. 1, Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- BURTON, A. M. (1986) — Programming Common Sense: Analytic Consequences of Heider's Naive Analysis of Action. *Human Relations*, 39, 725-744.
- CARVER, C. S. & DE LA GARZA, N. H. (1984) — Schema-Guided Information Search in Stereotyping of the elderly. *Journal of Applied Social Psychology*, 14, 69-81.
- CHAPMAN, L. J. & CHAPMAN, J. (1982) — Test Results Are What You Think They Are. In D. Kahneman, p. Slovic & A. Tversky (eds.), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. New York: Cambridge University Press.
- CHAPMAN, L. J. & CHAPMAN, J. (1969) — Illusory Correlation as an Obstacle to the Use of Valid Psychodiagnostic Signs. *Journal of Abnormal Psychology*, 74, 271-280.
- CHAPMAN, L. J. & CHAPMAN, J. (1967) — Genesis of Popular but Erroneous Psychodiagnostic Observations. *Journal of Abnormal Psychology*, 73, 193-204.
- FOUCAULT, M. (1966) — *Les Mots et les Choses*. Paris: Gallimard.
- GARCIA-MARQUES, L. (1988) — O Modelo ANOVA de Kelley: Análise, Crítica e Alternativas. *Análise Psicológica*, 3-4 (VI), 321-345.
- GARCIA-MARQUES, L. (1987) — *O Cimento do Universo de um Ponto de Vista Leigo. A Atribuição Causal*. Provas de Aptidão Científico-Pedagógica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- GOODMAN, N. (1972) — Seven Scriptures on Similarity. In N. Goodman, *Problems and Projects*. New York: Bobbs-Merril.
- HAMILTON, D. L. & ROSE, T. L. (1980) — Illusory Correlation and the Maintenance of stereotypic Beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 832-845.
- HEIDER, F. (1958) — *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: Wiley & Sons.
- HEIDER, F. (1944) — Social Perception and Phenomenal Causality. *Psychological Review*, 51, 358-374.
- JENNINGS, D. L.; AMABILE, T. M. & ROSS, L. (1982) — Informal Covariation Assessment: Data-Based Versus Theory-Based Judgments. In D. Kahneman, p. Slovic & A. Tversky (eds.), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. New York: Cambridge University Press.
- KAHNEMAN, D. & MILLER, D. T. (1986) — Norm Theory: Comparing Reality to its Alternatives. *Psychological Review*, 93, 136-153.
- KELLEY, H. H. (1973) — The Process of Causal Attribution. *American Psychologist*, 28, 103-128.
- KELLEY, H. H. (1967) — Attribution in Social Psychology. *Nebraska Symposium on Motivation*, 15, 192-238.
- KULIK, J. A. (1983) — Confirmatory Attribution and the Perpetuation of Social Beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 1171-1181.
- LALLJEE, M. & ABELSON (1983) — The Organization of Explanations. In M. Hewstone (ed.), *Attribution Theory: Social and Functional Extensions*. Oxford: Blackwell.

- LEDDO, J. & ABELSON, R. P. (1986) — The Nature of Explanations. In J. A. Galambos, R. P. Abelson e J. B. Black (eds.), *Knowledge structures*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- MCARTHUR, L. Z. (1972) — The How and What of Why: Some Determinants and consequences of Causal Attributions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 171-193.
- MURPHY, G. L. & MEDIN, D. L. (1985) — The Role of Theories in conceptual Coherence. *Psychological Review*, 92, 289-316.
- NISBETT, R. & ROSS, L. (1980) — *Human Inference: strategies and Shortcomings of Social Judgments*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- SCHANK, R. C. (1986) — *Explanation Patterns. Understanding Mechanically and Creatively*. Hillsdale, N. J.; Erlbaum.
- SCHANK, R. C. & ABELSON, R. P. (1977) — *Scripts, Plans, Goals and Understanding*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- SHERMAN, S. J. & CORTY, E. (1984) - Cognitive Heuristics. In R. S. Wyer, Jr. & T. K. Srull (eds.), *Handbook of Social Cognition*, Vol. 1, Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- SHWEDER, R. A. (1977) — Likeness and Likelihood in Everyday Thought: Magical Thinking and Everyday Judgments about Personality. In P. N. Hohnson-Laird & P. C. Wason (eds.), *Thinking, Readings in Cognitive science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SPEARS, R.; VAN DER PLIGT J. & EISER, J. R. (1985) — Illusory Correlation in the Perception of Group Attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 863-875.
- TAYLOR, S. E. & CROCKER, J. (1981) — Schematic Bases of Social Information Processing. In E. T. Higgins, C. P. Herman & M. P. Zanna (eds.), *Social cognition. The Ontario Symposium*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- TVERSKY, A. & KAHNEMAN, D. (1982a) — Judgments of and by Representativeness. In D. Kahneman, P. Slovic & A. Tversky (eds.), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. New York: Cambridge University Press.
- TVERSY, A. & KAHNEMAN, D. (1982b) — Causal Schemas in Judgment Under Uncertainty. In D. Kahneman, P. Slovic & A. Tversky (eds.), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. New York: Cambridge University Press.
- TVERSY, A. & KAHNEMAN, D. (1982c) — Evidencial Impact of Base Rates. In D. Kahneman, P. Slovic & A. Tversky (eds.), *Judgement Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. New York: Cambridge University Press.
- WATTENMAKER, W. D.; NAKAMURA, G. V. & MEDIN, D. L. (1988) — Relationships between Similarity-Based and Explanation-Based Categorization. In D. J. Hilton (ed.), *Contemporary Science and Natural Explanation*. Brighton, Sussex: Harvester Press.
- WEINER, B. (1985) — «Spontaneous» Causal Thinking. *Psychological Bulletin*, 97, 74-84.

RESUMO

Este artigo pretende ser um breve comentário ao trabalho pioneiro de Fritz Heider no campo da atribuição causal (Heider, 1944). O comentário principia com uma discussão da actualidade do trabalho de Heider, a partir de dois parâmetros: critérios de selecção causal e relação entre processos atribucionais e processos psicológicos básicos. O autor opôs o critério de selecção causal «semelhança» — critério original de Heider — e «covariação». O autor criticou a viabilidade de cada um dos critérios tomados isoladamente e defendeu uma integração de ambos numa perspectiva teórica mais alargada, nomeadamente a das «estruturas de conhecimento». O autor apresentou esta integração como um «retorno» a Heider.

ABSTRACT

This paper intends to provide a brief commentary to the pioneering work of Fritz Heider in field of causal attribution (Heider, 1944). This commentary begins, discussing the present applicability of Heider's work, using two parameters: causal selection criteria and connections between attributional processes and basic psychological ones. The author contrasted the criteria of «similarity» — Heider's original criterion — and the one of «covariation». The author criticized the viability of each criterium, when taken separately, and argued in favour of the integration of both in a more encompassing theoretical perspective, namely the «Knowledge Structures» framework. The author presented this integration as a «return» to Heider.